Esquerda Socialista

Director: Augusto Mateus — Orgão do Movimento de Esquerda Socialista — ANO I N.º 21 / 19 de Março de 1975 Preço 3$00

EM FRENTE

PELO SOCIALISMO

O Movimento de Esquerda Socialista tem combatido intransigentemente, a reacção, impulsionando para a frente o movimento de massas anticapitalista. Após o 28 de Setembro ficaram criadas as condições para avanços decisivos no ataque ao poder do capital.

As relações de força a partir desse momento evoluem decisivamente em favor das classes exploradas e oprimidas e dos militares progressistas. O afastamento dos órgãos fundamentais do poder, de militares que mais directamente representavam e defendiam os interesses do capital e do imperialismo foi uma vitória, no 28 de Setembro, da luta organizada dos trabalhadores portugueses, dos povos das colónias e dos militares progressistas.

Mas essa vitória parcial não foi acompanhada de uma clara definição de quais os interesses a defender pela revolução iniciada no 25 de Abril. O Governo Provisório vigente até ao 11 de Março, apesar destas condições, continuou a não ter uma acção executiva abertamente revolucionária em defesa dos interesses dos trabalhadores, mas pelo contrário, impediu, boicotou, entravou todas as medidas que poderiam marcar decisivamente o caminho da revolução, sobretudo no que respeita ao ataque ao poder económico capitalista e imperialista.

Assim, ao não se assumir o Programa do M.F.A. como algo que correspondia a uma relação de forças de classe, cada vez mais favorável aos trabalhadores, ao não se seguir o caminho da tomada decidida de medidas no terreno político e económico deixou-se em aberto à reacção capitalista a possibilidade de vir a curto prazo a recuperar o terreno perdido.

A reacção capitalista preparou assim os apoios de ordem política e militar necessários ao golpe militar contra-revolucionário de 11 de Março. Desses apoios, não nos restam dúvidas, só uma parte foi denunciada e desmantelada. A precipitação de golpe dever-se-á a forças reaccionárias que terão ultrapassado outras forças que estariam empenhadas a fundo na sua preparação e que se mantêm impunes a coberto de belas frases «democráticas. O Movimento de Esquerda Socialista recolherá o máximo de elementos que lhe permitam denunciar todos os implicados e exige que a comissão de inquérito seja rigorosa e implacável no seu trabalho que é de extrema importância revolucionária.

A derrota do golpe contra-revolucionário ficou a dever-se à acção enérgica dos sectores progressistas do M.F.A. e à iniciativa popular. Se não fosse esta iniciativa, apoiada pelos partidos e movimentos revolucionários estariam hoje criadas as condições para a instauração de um regime autoritário de fachada democrática.

A «institucionalização do M.F.A.» resultante política fundamental do 11 de Março significa a tomada em mãos do poder político pelos sectores progressistas do M.F.A. que passaram a dispôr da hegemonia nos centros essenciais do poder político.

Mas o que se ganha num dia pode perder-se no dia seguinte se não se segue uma política coerente, se não se é capaz de distinguir os amigos dos inimigos, e destes, os principais dos secundários. O M.F.A. continua a ser um movimento heterogéneo e contraditório onde persistem homens capazes de num momento determinado hesitar ou trair.

Assim é que já as eleições para a Constituinte poderão ser um factor de neutralização de avanços políticos propiciados pelo 11 de Março.

Mais de quarenta anos de regime fascista, uma forte influência clerical ultra-reacionária em muitas zonas do País, a despolitização de grande parte da população, o anti-comunismo que muitos anos de propaganda fizeram impregnar em muitos portugueses, o caciquismo reinante em grande parte do território, e ainda mais, os factores que fazem das eleições em sistema capitalista uma farsa de democracia:

— o facto de a ideologia dominante ser da classe dominante;

— o poder dos partidos burgueses com os seus largos recursos financeiros;

— a impossibilidade de um voto conscientemente assumido devido à parcelização, divisão e ausência de discussão política por parte da esmagadora maioria dos eleitores.

Todos estes factores tornam as eleições para a constituinte, nos moldes previstos, num momento de recuperação burguesa e, por parte do imperialismo internacional, do processo revolucionário em curso.

Agora que a «institucionalização do M.F.A.» é um facto é mais que necessário levar para a frente um verdadeiro saneamento revolucionário nas Forças Armadas, abrindo ao mesmo tempo a Assembleia do M.F.A. aos milicianos, elementos decisivos em todo o processo revolucionário desde o 25 de Abril; estão criadas as condições para transformar o carácter das eleições burguesas para a constituinte, facto sem o qual ficará grandemente dificultado o processo de entrega do poder político aos trabalhadores; estão criadas as condições para ultrapassar o Governo de frente anti-fascista, para um governo de frente anti-capitalista, orientando a sua acção claramente no sentido da concretização de medidas anti-capitalistas que abram irreversivelmente o caminho para o socialismo em Portugal. Neste sentido é necessário clarificar de uma vez por todas quais as relações a estabelecer entre o M.F.A., agora ocupando o centro do poder político fundamental, e os partidos políticos, definindo os partidos enquadráveis na revolução e decididos a conduzi-la num sentido socialista, e os que apostam em todo o momento a lutar contra a revolução e pela instauração de um regime de restauração capitalista, autoritário de fachada democrática.

Vivemos uma profunda crise económica que se tem vindo a agravar sucessivamente. Com efeito, o número

Continua na pág. 2

Continuação da pag. 1

de trabalhadores desempregados não tem parado de subir atingindo já mais de duas centenas de milhar, o custo de vida não tem parado de subir atingindo níveis que impõem duríssimas condições de vida aos trabalhadores, os sectores e as empresas em crise cada dia que passa aumentam o número de despedidos, são lugar de inúmeros actos de sabotagem económica que criam total insegurança aos que aí laboram. E nesta situação, assinalámos logo no Programa aprovado no nosso Primeiro Cogresso:

Entendemos que a acção do M.F.A., impulsionado pelo seu sector progressista, poderia ultrapassar o combate à reacção capitalista e forçar a tomada de medidas concretas que fossem ao encontro dos interesses imediatos dos trabalhadores e das suas justas lutas, nomeadamente no campo económico.

O Movimento de Esquerda Socialista sempre se bateu pela nacionalização da banca privada e das companhias de seguros como medidas concretas de ataque ao capital.

As nacionalizações só servirão os trabalhadores se forem por eles controladas directamente e não apenas através dos sindicatos. No processo de nacionalizações que temos de levar por diante os representantes dos trabalhadores têm de ser designados em amplas assembleias em todos os locais de trabalho.

Só o controlo dos trabalhadores sobre este processo (que não se confunde com o controlo dos empregados bancários e dos seguros) possibilitará que a nacionalização da banca e dos seguros sirva para pôr ao serviço dos explorados toda a parte do capital que aí existe e que não é mais que trabalho acumulado, o suor de milhares e milhares de trabalhadores portugueses, ao longo de vários anos! Esse capital, esse trabalho acumulado, tem que estar ao serviço do trabalhador e das suas lutas, ao serviço da satisfação das suas necessidades e não ao serviço do lucro, ao serviço dos interesses privados de uma minoria.

Foram nacionalizadas a banca e as companhias de seguros, têm que ser nacionalizados os sectores básicos da indústria, o comércio externo, o comércio interno por grosso dos produtos essenciais, têm que se dar passos efectivos na reforma agrária.

Mas só o controlo dos trabalhadores sobre este processo pode assegurar uma via irreversível de transformação da economia portuguesa no sentido de responder às necessidades fundamentais dos trabalhadores. Mas numa situação em que o sector, estatal na economia cresceu desmesuradamente é fundamental que a luta dos trabalhadores se faça cada vez mais numa perspectiva global para que os avanços para o socialismo se tornem irreversíveis e sejam derrotadas todas as tentativas de pacificação de luta de classes no sector estatal da economia.

A criação de um sector estatal na economia sob um efectivo controlo operário e apoiado numa política económica que ponha efectivamente em causa a espinha dorsal do funcionamento do grande capital e do capital financeiro, é um objectivo que pode contribuir para manter a iniciativa e a combatividade operária no desenrolar da crise económica.

O Movimento de Esquerda Socialista sempre tem mantido uma posição clara face ao actual processo revolucionário, sempre tem definido com precisão as linhas mestras da sua táctica face ao MFA e aos partidos empenhados neste processo. O Movimento de Esquerda Socialista não muda de táctica ao sabor das circunstâncias. E **assim mais uma vez afirma, como o tem feito em todas as circunstâncias, que o avanço do processo revolucionário ou se faz nos momentos em que a burguesia está mais desorganizada, ou não se faz.**

E neste momento a burguesia está de facto desorganizada, golpeada e dividida. Hoje exige-se para a garantia do avanço irreversível do processo revolucionário:

1) A ligação organizada dos milicianos, soldados e marinheiros às instâncias do poder político;

2) A fusão do MFA com o movimento dos trabalhadores de modo a que as Forças Armadas se popularizem realmente e não abstractamente, já que a defesa armada da revolução cabe a militares e civis organizados;

3) A clarificação/reformulação do Programa do MFA como Programa Revolucionário ao Serviço dos Trabalhadores, a abertura de avanços irreversíveis na unidade para o Socialismo e da Independência Nacional em relação aos blocos;

4) A adopção nessa reformulação de medidas económicas efectivamente anti-capitalistas apontadas neste documento e há muito reclamadas pelos trabalhadores e pelo Movimento de Esquerda Socialista;

5) A constituição de um Governo Provisório de transição civil e militar que dê garantias de concretização do Programa Revolucionário;

6) O apoio à organização das massas trabalhadoras em zonas de habitação, locais de trabalho, regiões, sectores de actividade etc. de forma a que da movimentação de massa nasçam orgãos representativos capazes de constituírem o embrião de uma verdadeira Assembleia Constituinte, popular e democrática.

Iniciativa popular e burguesia

A luta dos trabalhadores face à exploração e domínio burguês da sociedade capitalista reveste-se, numa fase atrasada do processo, de aspectos fundamentalmente reivindicativos e parcelares.

Condições subjectivas e objectivas devem ser criadas para que de lutas dispersas e expontâneas, se evolua para formas globais de acção anticapitalista, empenhadas na conquista efectiva do poder e na hegemonização proletária da sociedade.

Extraindo da experiência histórica das lutas operárias lições objectivas, e do seu próprio quotidiano e lutas dados concretos de organização, devem as classes trabalhadoras garantir a si mesmas um progressivo domínio sobre os meios de produção e existência de que dispõem.

A organização autónoma, a criação de formas de poder económico, administrativo e político, nas fábricas, nos campos, no bairro, surgirão assim não como alternativa ao poder de Estado, concepção anarquista e comprovadamente utópica, mas sim como contra poder ao Estado burguês.

São as formas de organização e luta que permitem efectivamente o avanço dialéctico das massas com as organizações revolucionárias, condição necessária no processo que, passando pela criação do Partido político, ideológico e revolucionário do proletariado o levará à conquista e manutenção do poder.

— **Previligiar mecanicamente a «invenção» do «verdadeiro e único partido do proletariado» é prespectivar a História num sentido anti-dialéctico, prè-marxista e metafísico** (ver a mediocridade formalista das «teses» papagueadas em jornais como «A Verdade» e «A Voz do Trabalhador»).

— Confundir a tomada do poder e a violência revolucionária com acções grupusculares armadas ou exibições de «faca na liga» são formas voluntaristas e pré-revolucionárias de acção (comparar o verbalismo de Isabel do Carmo com o real auditório de Isabel do Carmo).

— **Agir com vista à instituição burocrática e seu controlo de um aparelho de Estado que centralize toda a inicitiva, com o fim de, a partir de reformas económicas de fundo, conseguir alterações nas relações de produção, é economismo reformista.** É crer ignorar as relações sociais profundas, base de existência e luta entre as classes. É objectivamente, a tentativa de travar o processo revolucionário a troco de uma acção centralizadora, que originando e desenvolvendo relações económicas planificadas e «racionais» elabore medidas que, só por si, não garantem efectivamente avanço algum para relações socialistas de vida, se não contribuirem para o domínio dos produtores sobre as condições do seu trabalho e utilização do seu produto.

As relações sociais quotidianas, a manterem-se, eternizam as verdadeiras e profundas relações de classe existentes, com o correspondente poder burguês instituído, exercido de facto e como sempre por um aparelho de Estado repressivo embora adaptado politica, económica e ideologicamente à situação particular.

Isto será assim, enquanto não estiver em exercício o poder hegemónico do proletariado, o que passa necessariamente pelos avanços organizativos de massa, pela criação de contra poderes nas cidades e nos campos, que permitam à vanguarda operária a possibilidade do exercício democrático de sua ditadura.

Para que este poder se possa manter terá de confiar na gestão dos produtores organizados e na iniciativa das massas.

Para tanto, e para já, a iniciativa e organização das massas tem de ser peça integrante e basilar no processo em curso.

As nacionalizações podem vir a ser um avanço importante para as classes trabalhadoras, ou não.

Não devemos confundir a tendência para o declínio da propriedade individual dos meios de produção com a posse social dos mesmos.

Não podemos confundir transformações formais no capitalismo com a inversão de poderes entre as classes beligerantes principais.

Não podemos aceitar a metamorfose oportunista de uma burgueisa «à americana» numa burguesia gestora e burocrática.

Por isto defendemos a nacionalização, mas sob o controlo dos trabalhadores.

Defendemos a iniciativa popular e a criação de contra poderes que desde já disputem aos órgãos do Estado burguês a gestão da sociedade.

NEIP vence em Económicas

Com as siglas: Criar o Poder de Escola, Integrar o Poder de Escola no Poder Operário e Popular a lista B constituída por militantes dos NEIP ganhou as eleições para a direcção e novos corpos gerentes da Associação de Estudantes do Instituto Superior de Economia.

APOIEMOS A BANCA DO POVO

Os trabalhadores da Fábrica de plásticos Ruy D'Orey S.A.R.L., reunidos em plenário, decidiram manifestar publicamente o seu apoio à decisão do Conselho da Revolução de nacionalizar a Banca.

Confiados em que a partir de agora ela estará ao serviço do povo, e não mais do lucro, os mesmos trabalhadores decidiram ainda dar toda a colaboração à sua acção nomeadamente passando a utilizá-la mais («de futuro os nossos vencimentos serão pagos através de transferências bancárias»).

A terminar apelam às massas trabalhadoras para que tudo façam para que o boicote que por certo o capitalismo burguês moverá à economia possa ser vitoriosamente enfrentando.

Não contribuiremos para confusões!

A nacionalização da banca privada sempre foi, no entender do Movimento de Esquerda Socialista, um factor condicionante o impulsionador, ao nível das instâncias da decisão política e económica, do avanço decisivo do processo revolucionário.

O M.E.S. reafirma que a banca nacionalizada somente poderá ser posta ao serviço das classes trabalhadoras, e não ao reforço da exploração capitalista assente numa burocracia de Estado, se as instituições bancárias forem efectivamente controladas pelos trabalhadores.

É confiado que os trabalhadores soberão efectivar esse controlo e desenvolver as formas correctas de neutralização da exploração pelo capital que o **M.E.S. apoia a recente medida adoptada pelo Conselho da Revolução.**

Contudo, o M.E.S. apenas aceita demonstrar publicamente esse apoio — em manifestações unitárias — se lhe for facultada a possibilidde de demarcar a sua linha quanto a esta questão, nomeadamente pela forma de comício nos locais de concentração.

Não entenderam assim as organizações que decidiram convocar a manifestação do dia 14, junto ao Palácio de Belém.

Deste modo, o M.E.S. não esteve presente nessa manifestação, declarando ainda que realizações como esta, onde não fiquem claramente expressas as posições das várias organizações, somente contribuem para a recuperação de forças como o P.S. que, por toda a sua actuação política, não só se tem colocado ao lado do capitalismo como favorece, objectivamente, os golpes reaccionários como os de 11 de Março.

Genebra, Paris, Bruxelas, Amesterdão

Durante oito dias três camaradas da nossa organização visitaram núcleos do M.E.S. em Genebra, Paris, Bruxelas e Amesterdão, tendo realizado sessões de esclarecimento para emigrantes onde debateram a actual situação política, o programa político do M.E.S. e os principais problemas com que se debatem os trabalhadores portugueses no estrangeiro.

Na oportunidade, e em várias conferências à imprensa, rádio e TV desses países, explicaram a nossa posição face aos acontecimentos do 11 de Março.

A ocasião foi aproveitada para o reforço das nossas relações de trabalho com várias organizações políticas desses países.

JANEIRO - FEVEREIRO 1975

o emigrante-3

ORGAO INTERNO
DA ASSOCIACAO DEMOCRATICA DOS TRABALHADORES PORTUGUESES

EDITORIAL

PEQUENO BALANCO
BOAS PERSPECTIVAS

O M. E. S. saúda «O Emigrante» que se publica em Genebra na Suíça e se destina aos trabalhadores portugueses lá emigrados.

M. E. S.
NÚCLEO DE BRUXELAS

..A actual situação política em Portugal.

No momento em que os sectores mais reaccionários das Forças Armadas, comandados pelo General Spínola, já derrotado no 28 de Setembro, e os seus aliados, os partidos da Democracia Cristã e do Centro Democrático Social, tentaram um golpe fascista contra o M.F.A. e o avanço do processo revolucionário português.

No momento em que o M.F.A., os partidos de esquerda e as massas trabalhadoras desceram de novo à rua para defender as conquistas do 25 de Abril e das movimentações posteriores;

No momento em que a classe operária ocupa as empresas onde gasta a sua força de trabalho para defender o seu direito ao trabalho;

No momento em que os soldados e milicianos demonstraram uma vez mais a sua capacidade para derrotar as novas maiorias silenciosas, aliando-se ao sector progressista do M.F.A.

O Núcleo de Bruxelas do M.E.S. sauda os trabalhadores portugueses, os camaradas das organizações de esquerda, o sector progressista do M.F.A., os soldados e milicianos, pela prova de coragem e capacidade organizativa demonstradas e declara a sua solidariedade militante num esforço comum em Portugal como na Bélgica contra os verdadeiros objectivos do imperialismo.

EM FRENTE PELO SOCIALISMO

Bruxelles, 11/3/75

AÇORES

Aquando da intentona reaccionária do dia 11 de Março o M. E. S. foi a primeira organização a convocar uma manifestação de massas em Angra do Heroísmo, à qual vieram a aderir os grupos de vigilância antifascista — G. V. A. F., o M. D. P./C. D. E. e o P. C. P. Estiveram presentes cerca de 2000 trabalhadores, tratando-se pois de uma das maiores manifestações populares depois do 25 de Abril.

No dia seguinte fizemos uma sessão de esclarecimento na freguesia de Sarreta, freguesia onde o P. P. D. tem grande implantação.

Militantes e simpatizantes discutiram com as pessoas presentes vários problemas locais, nomeadamente o da presença militar americana na ilha Terceira.

Realizaram-se sessões de esclarecimento em Vale de Linhares no passado sábado, na União Filarmónica Sebastianense em S. Sebastião no domingo, na escola primária de Cabo da Praia segunda-feira e na Sociedade Recreativa Brianda Pereira no Porto Judeu na terça-feira dia 18.

Realizam-se sessões de esclarecimento nas próximas quinta-feira na Casa do Povo da Feteira, sexta-feira na escola primária do Porto Martins e no sábado na Sociedade de Recreio Lajense nas Lajes.

No dia 16 deu-se em Angra do Heroísmo a ocupação de um clube de férias de ricos, no intuito de o por ao serviço das massas trabalhadoras.

O juiz do tribunal, elemento conhecido na ilha pelo seu conservadorismo e ligações com o antigo regime, insurgiu-se contra esta acção que considerou ilegal. Tal procedimento, junto com o seu passado conhecido, suscitou a indignação da população que se manifestou pelo seu saneamento.

O M. E. S. apoia esta justa pretensão tendo o Secretariado da Comissão Política Nacional enviado ao Conselho da Revolução, reunido no palácio de Belém, o seguinte telegrama:

«Secretariado da Comissão Política Nacional do M. E. S. apoia justas manifestações hoje povo Angra do Heroísmo e firme posição sindicatos exigindo urgente saneamento licenciado Nelson Sousa, juiz corregedor tribunal Angra.

Mais portesta contra provocatórias e reaccionárias declarações prestadas Açores por Magalhães Mota contra nossa organização.

17.3.75

SEDES

Águeda, R. Dr. Adolfo Portela, 22
Angra do Heroísmo R. Conselheiro Jacinto Candido, 7
Aveiro Av. Araújo e Silva, 22
Beja, Praça da República, 36 - Tel. 23221
Braga Av. da Liberdade, 362-2.º
Caldas da Rainha, Praça 5 de Outubro
Castelo Branco R. S. João de Deus, 54/58
Castro Verde R. Nascimento Costa
Coimbra R. Ferreira Borges, 125-3.º - Tel. 27718
Covilhã, Praça do Município, 84-2.º - Telef. 24485
Faro, R. Castilho, 9
Guarda, R. Marquês de Pombal, 1.º
Lisboa, Av. D. Carlos I, 130
Av. D. Carlos I, 146-1.º Drt. - Tel. 607127/28
R. Rodrigues Sampaio, 79, r/c Esq. (**Jornal**) - Tel. 535438
Moscavide, R. dos Combatentes da Grande Guerra, 51-B
Ovar R. Marquês de Pombal, 70
Peniche, Rua Alexandre Herculano, 18-18
Ponta Delgada R. Tvares Resende, 100
Portalegre R. da Oliveira, 61
Porto, R. Gonçalo Cristóvão
R. 31 de Janeiro 150-2.º - Tel. 319569
S.Pedro do Sul L. de S. Sebastião
Seia R. Capitão António Dias
Setúbal R. José Adelino, 13 ao L. da Fonte Nova
Sintra, R. Cunha e Silva
Viana do Castelo R. Altamira, 65/67
Vila Nova de Gaia R. Teixeira Lopes, 123

Caldas da Rainha

No dia 11 nas Caldas da Rainha, como em tantos outros pontos do País, a população face ao folpe reaccionário mobilizou-se disposta a defender as conquistas obtidas nos últimos meses.

O M.E.S. tomou a iniciativa de promover uma manifestação, à qual se associaram o P.C. e o P.S. **O P.P.D. que pretendeu também associar-se, foi, pela multidão, impedido de o fazer** por ser um partido do capital que tudo tem feito para entravar o processo revolucionário em curso.

No final da manifestação houve um rápido comício em que usaram da palavra elementos dos partidos organizadores. Reproduzimos a intervenção do camarada do M.E.S.:

«Após a derrota no 28 de Setembro das forças reaccionárias que procuraram anular as conquistas obtidas desde o 25 de Abril pelo Povo trabalhador do nosso país, a burguesia reorganizou-se lenta e cautelosamente procurando jogar com as eleições burguesas à Constituinte, tentando no campo da lógica democrático-burguesa recuperar à mesa das negociações, os avanços conseguidos pela classe trabalhadora nas fábricas, nos campo, em todos os postos de trabalho e no próprio interior das Forças Armadas.

O Povo tem ganho na rua a luta contra o capitalismo. A burguesia tem procurado ganhá-la nos fofos gabinetes, em transvias sinistras, aproveitando a hesitação ocasiliatória de forças políticas oscilantes.

«A luta é dos trabalhadores do nosso país, é para se fazer na rua exigindo a garantia do mais completo saneamento de todos os reaccíonários e o seu julgamento exemplar».

Posteriormente um grupo de populares atacou a sede do C.D.S. destruindo propaganda reaccionária encontrada, tendo-se retirado em boa ordem quando chegaram as forças militares.

HORÁRIO DA SEDE DO JORNAL

2.ª-3.ª-feira	17.00/20h 21.30/24h
4.ª-feira	11.00/13h 17.00/20h 21.30/24h
5.ª-6.ª-feira	17.00/20h 21.30/24h
Sábado	18.00/20h
Domingo	18.00/20h 21.30/24h

O «E. S.» VENDE-SE

EM FRANÇA
Livrairie Portugaise,
33 Rue Gay-Lussac
75005 Paris (Telf. 033.46.16)

NA BÉLGICA
Librairie L'Oeil Savage
221, Chaussée d'Ixelles
1050 Bruxelles (Telf. 648.14.45)

Jornal semanal todas as quartas-feiras
propriedade de
Movimento de Esquerda Socialista
composto e impresso em
Renascença Gráfica, SARL
Rua Luz Soriano 44, Lisboa

PRÓXIMOS COMÍCIOS

17 Março: **Belas**, Bombeiros Voluntários, 21 e 30
18 Março: **Bobadela**, 21 e 30
Vila Franca, Bombeiros Voluntários, 21 e 30
21 Março: **Vale Fundão**, Marvila, 21 e 30

NOTA AOS ASSINANTES:

Os assinantes do E.S., devem indicar o número da assinatura sempre que se correspondam com o jornal na qualidade de assinante.

ASSINATURA
Esquerda Socialista

6 meses **75 $ 00** ☐
12 meses **150 $ 00** ☐
apoio **300 $ 00** ☐
estrangeiro-Europa **275 $ 00** ☐

Nome

Morada

Profissão

Rua Rodrigues Sampaio 79, r/c, Lisboa, telef. 535438

Esquerda Socialista é transportado gratuitamente pela C.P.

Operários dos têxteis e contra os despedimentos

Muitos milhares de pessoas, na sua quase totalidade de operárias dos sectores têsteis e lanifícios, concentraram-se no sábado passado junto ao Marquês de Pombal em resposta à convocatória emanada do Sindicato dos Trabalhadores dos Têxteis de Lisboa, Lanifícios e Vestuário do Sul para se manifestarem contra os despedimentos, contra o horário de trabalho nacional e por uma economia ao serviço dos trabalhadores.

Esta manifestação, que vinha já sendo convocada bastante antes do 11 de Março, assumia particular significado por ser da iniciativa de um dos sectores que mais têm sido atingidos pela actual vaga de despedimentos.

Sector sobreexplorado, daqueles onde grande percentagem dos operários não ganhava sequer os 3300$00; sector que produzia em grande parte para o estrangeiro, ao serviço de empresas multinacionais, em verdadeiro sistema de exploração colonial, deixou a partir do 25 de Abril, e com as novas condições criadas, de apresentar o mesmo interesse a este subimperialismo.

As novas tabelas salariais (aliás ainda baixíssimas) e sobretudo o poder reivindicativo que os trabalhadores começavam a evidenciar, levaram estes exploradores estrangeiros a mudar-se para países que mantenham condições semelhantes às que entre nós existiam com o fascismo (aliás a debandada é-lhes extremamente facilitada pelo facto de ser irrisório o montante dos investimentos que esses senhores tinham feito em Portugal).

Por outro lado os capitalistas nacionais que se dedicavam ao sector faziam-no geralmente em condições antieconómicas, em pequenas e mal administradas unidades que só subsistiam devido à miséria dos salários pagos.

Em relação às fábricas que produziam para o estrangeiro, estando os circuitos de distribuição na mão dos patrões (também estrangeiros) não é possível aos trabalhadores, em muitos dos casos, resolver sozinhos os problemas que lavanta o afastamento do patrão. Para além disto, surge a necessidade de reconversão das fábricas visto que a produção quase sempre se dirigia aos gastos e necessidades da burguesia (nacional ou estrangeira). Os trabalhadores estão hoje decididos a produzir segundo as necessidades da população e não mais segundo as leis do lucro. As unidades nacionais necessitam também, na maior parte dos casos de reconversão e reorganização que as torne economicamente viáveis.

Este conjunto de razões mostra claramente a necessidade de uma planificação a nível nacional, em cuja elaboração hão-de ter papel decisivo tanto os produtores como os consumidores. Deles têm de partir as propostas de solução para os problemas existentes bem como a definição das prioridades para a indústria, prioridades essas que agora mais facilmente poderão ser postas em prática em estreita colaboração com a recém-nacionalizada banca.

Cerca das 16 horas os manifestantes começaram a descer a Av. da Liberdade de gritando palavras de ordem como **3300$00 — Salário de Fome»** e **40 horas a trabalhar já chegam para explorar.**

Aos objectivos iniciais vieram naturalmente juntar-se outros que directamente se prendem com a tentativa reaccionária do 11 de Março. **Os milhares de participantes frequentes vezes gritaram o seu apoio ao M. F. A. e exigiram justiça popular aos golpistas.**

Chegados ao Ministério da Economia, não estando presente o responsável por esta pasta, elementos do Sindicato dirigiram-se à multidão que exigia **saneamento, saneamento** do Ministério que nada tem feito no sentido da resolução dos graves problemas existentes no sector.

Reproduzimos a intervenção, que expõe com clareza a situação não só deste sector como da economia portuguesa em geral.

«Mais de 200 000 trabalhadores conhecem actualmente o desemprego, que significa miséria e mesmo fome.

E esta situação já extremamente grave, tudo indica que se irá agravar nos próximos meses a não ser que nós, trabalhadores, nos saibamos organizar e impor soluções que garantam o pão a todos os trabalhadores e ponham termo às manobras do patronato.

O nosso sector — TÊXTEIS, LANIFÍCIOS, VESTUÁRIO E LAVANDARIAS — tem sido dos mais afectados — todos os dias vemos camaradas nossos ser lançados no desemprego.

Mas esta é uma situação geral pois o desemprego também alastra nos sectores do material eléctrico, da construção civil e da agricultura.

Quem ganha com os despedimentos ?

Quem ganha são os patrões que vão recuperar os aumentos salariais e portanto manter ou aumentar os seus lucros.

Quem ganha são os patrões que passam a dispor de um exército de reserva que lhes permite impor os salários que querem. Isso traduz, no mínimo, numa estabilização dos salarios nominais o que conjugado com a inflação vai significando a diminuição dos já miseráveis salários reais.

Quem ganha são os patrões na medida em que vão fazer chantagem com o espectro do desemprego para amedrontar os trabalhadores e paralisar as nossas lutas.

O desemprego mostra o absurdo do sistema capitalista

Em primeiro lugar porque se traduz no agravamento da já miserável situação das classes trabalhadoras.

Em segundo lugar porque para lá de se traduzire na não garantia do pão para as famílias trabalhadoras, se traduz no desaproveitamento da força de trabalho desses homens e dessas mulheres a qual é indispensável pois nos achamos muito longe da satisfação mínima das necessidades primárias dos portugueses.

— Se há portugueses que não têm casa, podemos acreditar que não haja trabalho para todos nós?

NÃO!

— Se há portugueses que passam fome, se há campos que não são cultivados, podemos aceitar o desemprego de milhares de trabalhadores?

NÃO!

— Se há portugueses que não têm que vestir e calçar podemos admitir que cada dia haja mais desempregados?

NÃO!

— Se há terras onde não há luz, onde não há água, onde não há esgotos, onde não há escolas, podemos aceitar que se continue a negar trabalho a mais de 200000 trabalhadores?

NÃO!

— Porque é possível que haja cada vez mais desempregados e as nossas necessidades fundamentais continuem por satisfazer?

Que fazem os responsáveis ?

Em muitas fábricas os trabalhadores têm corajosa e organizadamente tomado nas suas próprias mãos a garantia do seu trabalho, a garantia do seu pão, ocupando as fábricas e garantindo o seu funcionamento.

Se não fosse a acção dos trabalhadores muito mais desempregados haveria. Pensemos em empresas como a Simões e C.ª de Benfica (1000 trabalhadores), como a Eurofil (1600 trabalhadores), como a António Alves em Torres Novas (300 trabalhadores), como a Charminha, como a Cambournac que tem 800 trabalhadores, mas cujo encerramento pode arrastar o de mais de 10000 e tantas outras no nosso sector ou noutros sectores como a Automática Eléctrica ou a Motra Siemens, ou os trabalhadores rurais do Alentejo, e pensemos quantos desempregados haveria se estes trabalhadores não viessem há muito a lutar contra os despedimentos e a travar as manobras do patronato nacional e estrangeiro que, aumentando o número de desempregados, procura enfraquecer a luta dos trabalhadores, reforçar a reacção e tentar recuperar o poder político que, pelo menos em parte, perdeu no 25 de Abril.

Os ministérios responsáveis nada fazem, ou antes tudo fazem para demorar, adiar e evitar a adopção de soluções que as circunstâncias e a luta dos trabalhadores impõem.

A burocracia estatal ao arrastar há meses a solução de casos como o da António Alves, (cujos trabalhadores em 10 meses só receberam 2 meses de salário), que interesses estão a defender?

Estão a defender os interesses do patronato que joga no agravamento da crise e nas eleições para recuperarem o Poder político, de modo a poderem voltar a reprimir à sua vontade as lutas dos trabalhadores e resolver a crise que eles próprios criaram à custa da nossa exploração e miséria redobrada.

lanifícios na rua
e subida do custo de vida

Exigimos medidas concretas e imediatas

Os ministérios se continuarem como até agora e não tomarem medidas concretas, imediatas que ponham termo ao desemprego e ao desenfreado aumento do custo de vida estarão a fazer o jogo da reacção, pois estarão a servir os interesses dos capitalistas e a reacção são os capitalistas organizados.

Mas, nós, trabalhadores, não estamos mais dispostos a ver os ministérios a servir os interesses do patronato e a calcarem os nossos direitos e os nossos interesses.

Por isso exigimos o SANEAMENTO DA FUNÇÃO PÚBLICA A TODOS OS NIVEIS. Mesmo a nível do Governo se tal se mostrar indispensável à correcta defesa dos interesses dos trabalhadores, com a qual o M. F. A. no seu programa se compromete.

Por isso exigimos MEDIDAS IMEDIATAS E CONCRETAS:

— QUE PONHAM TERMO AO DESEMPREGO!

— QUE PONHAM TERMO À GALOPANTE SUBIDA DO CUSTO DE VIDA!

— QUE PONHAM TERMO À SABOTAGEM PATRONAL!

— QUE PONHAM A PRODUÇÃO AO SERVIÇO DOS TRABALHADORES E NÃO AO SERVIÇO DO LUCRO DO PATRONATO!

Horário de trabalho nacional ou defesa do interesse patronal ?

Entretanto que propostas nos fazem?

Propõem-nos:

— que abdiquemos das nossas reivindicações de redução do horário de trabalho;

— que abdiquemos da nossa reivindicação das 40 horas semanais;

— que aceitemos trabalhar mais!...

— e como justificam tudo isto?

Dizem-nos que é preciso aumentar a produção.

Mas então nós perguntamos.

— Se é preciso aumentar a produção porque não dão trabalho aos 200000 desempregados? E por outro lado enquanto estivermos em sistema capitalista o aumento do horário não significa aumento da exploração? E aumento do desemprego?

— Não camaradas, temos de recusar firmemente o horário patronal que nos querem impingir!

— Temos de continuar a lutar pelas 40 horas!

— Só estaremos dispostos a trabalhar mais e melhor no socialismo, quando tivermos a certeza de que o que produzimos se destina à satisfação das necessidades do povo trabalhador e não mais a fazer os lucros do patronato.

Na situação actual impõe-se que lutemos, para impor a nacionalização da banca privada e dos seguros, o controlo estatal sobre o comércio externo e interno dos produtos e matérias-primas fundamentais, a expropriação dos latifúndios e a nacionalização dos sectores básicos da indústria e das empresas estrangeiras que efectuam despedimentos.

Só assim o desemprego e a inflação começarão a ser efectivamente combatidos, só assim o poder económico da reacção capitalista levará um rude golpe. Temos de lutar para que tais medidas sejam tomadas. Mas que sejam tomadas sob o controlo dos trabalhadores.

Somos nós quem tudo produz, somos nós que fazemos as fábricas e os lucros do patronato, portanto não podemos permitir ser postos na rua quando o patrão quer.

Sem nós nada se produz... sem nós as máquinas só enferrujam... sem nós nada é possível. Portanto nas nossas mãos está a maior força desta sociedade. Até agora temos permitido que essa força seja usada contra nós mesmos. Temos de pôr termo a essa situação!

O Movimento de Esquerda Socialista apoiou esta manifestação, como apoia a justa luta dos trabalhadores contra a exploração capitalista.

Depois da derrota do golpe reaccionário de 11 de Março, é necessário, mais do que nunca, não dar tréguas à reacção capitalista, às suas manobras de sabotagem económica e aos seus intentos golpistas, que pretendem pôr em causa o avanço do processo revolucionário.

É preciso, mais do que nunca, alertar os trabalhadores para o facto de ainda não terem sido tomadas medidas claras no campo económico, mantendo-se de pé o sistema capitalista de exploração, com todo o seu cortejo de consequências.

É necessário reivindicar com firmeza as medidas que garantam que não sejam os trabalhadores a pagar a crise que os capitalistas provocam.

É necessário reivindicar com firmeza as mudanças políticas que, cortando a cabeça aos golpistas e reaccionários (militares e seus apoios civis) garantam o afastamento dos agentes do patronato, representados pelos partidos da Democracia Cristã (P. D. C.), do Centro Democrático Social (C. D. S.) e Popular Democrático (P. P. D.).

Os trabalhadores não podem alhear-se destas importantes questões políticas. **Os trabalhadores não podem desligar as reivindicações económicas, na defesa de interesses imediatos, de reivindicações políticas que garantam as condições para a aplicação de medidas concretas que favoreçam as suas justas aspirações.**

Torna-se cada vez mais necessário dar corpo a um poderoso movimento de massas anticapitalista para que se concretizem medidas imediatas económicas e políticas, que abram caminho à tomada do poder pela classe operária e pelos trabalhadores, ao poder operário e popular e ao socialismo.

Exijamos a tomada de medidas políticas:

— execução dos oficiais golpistas,

— saneamento dos oficiais reaccionários, controlado pelas respectivas unidades

— nacionalização da banca e dos seguros, sob o controlo directo dos trabalhadores,

— revogação da lei da greve e do «lock-out»!

As medidas concretas de ataque ao poder dos capitalistas, obrigando o capital a pagar a sua própria crise não podem ficar na gaveta. Os trabalhadores têm que impôr que sejam postas em prática.

Ao exigirem a satisfação destas reivindicações políticas fundamentais, os trabalhadores não podem perder de vista que é no campo da **luta contra os despedimentos e o aumento do custo de vida,** que neste momento se cimenta a unidade e coesão das massas operárias e trabalhadoras.

Os trabalhadores presentes na manifestação convocada pelo Sindicato dos Texteis de Lisboa Lanifícios e Vestuário do Sul manifestam o seu apoio ao M. F. A. que mais uma vez ombro a ombro com o povo trabalhador derrota a reacção capitalista no 11 de Março.

Congratula-se pela medida progressista de nacionalização da banca que querem controlada pelos trabalhadores e suas organizações.

Saudam a criação conselho revolucionário

Exigem a imediata tomada de medidas económicas que ponham fim à subida do custo de vida e ao desemprego.

Para isso é fundamental não só uma radical mudança da política económica como também uma garantia eficaz de que os trabalhadores controlam essas mesmas medidas.

Exigem ainda um castigo exemplar dos responsáveis pela intentona de 11 de Março bem como de todos os sabotadores e fascistas, castigo esse que deve ir no caso dos principais responsáveis, até ao fuzilamento.

POR UMA ECONOMIA EFECTIVAMENTE AO SERVIÇO DOS TRABALHADORES!

VIVA OS OFICIAIS PROGRESSISTAS E REVOLUCIONÁRIOS DO M. F. A.

VIVA A CLASSE OPERÁRIA E TODOS OS TRABALHADORES!

ALIANÇA POVO/M. F. A. — P'LO AVANÇO DO PROCESSO REVOLUCIONÁRIO

CONTROLAR A

Num texto desenvolvendo o relatório que o Movimento de Esquerda Socialista enviou ao Governo Provisório criticando o Programa Económico e elaborado antes do 11 de Março fazia-se a seguinte análise sobre a necessidade da nacionalização da Banca e dos Seguros:

O completo controle do capital financeiro é necessário para a consolidação das conquistas já conseguidas e tal controle passa necessariamente pela nacionalização da banca e das companhias de seguros.

Em Portugal, a banca desenvolveu-se para além do normal em países capitalistas de igual nível de desenvolvimento das forças produtivas. As causas deste crescimento ligam-se à exploração das colónias e ao afluxo constante das remessas dos emigrantes.

A compreensão do verdadeiro papel da banca passa pela análise do aparelho produtivo e pelas posições monopolistas conseguidas nesse aparelho pela burguesia.

Os grupos monopolistas deixaram que se desenvolvessem milhares de pequenas empresas, sem capacidade competitiva a nível externo e laborando a baixos níveis de produtividade. Assim estes grupos obtinham sobrelucros ao vender os seus produtos a preços dependentes dos elevados custos unitários, conseguidos pelas pequenas unidades produtivas. Tais sobrelucros, ligados à prática de altas de taxas de exploração e às mais-valias geradas nas colónias e canalizadas para a metrópole deram-lhes sempre capacidade de autofinanciamento.

Por outro lado existe uma quase total coincidência de interesses entre os grupos monopolistas e a burguesia financeira: os grandes bancos e até a quase totalidade ficaram a pertencer, depois de vaga de concentração bancária da década de 60, a esses grupos.

Assim o capitalismo português nunca sentiu a necessidade de criar uma estrutura bancária virada para o apoio a projectos de desenvolvimento: a exploração dos trabalhadores nacionais e das colónias, as remessas dos emigrantes e o controle político, canalizaram para a banca recursos demasiado amplos para poderem ser orientados para as operações tradicionais.

Desta forma assistiu-se à formação de uma banca virada para actividades especulativas e para operações de crédito a curto prazo orientada em boa parte para financiamento do consumo. Só nos últimos anos e de modo tímido, a burguesia começou a procurar canalizar parte dos recursos de que se apropriou, para o desenvolvimento das forças produtivas.

Vemos assim que todo o crédito, concedido pela banca é essencialmente um crédito a curto ou médio prazo, incapaz de apoio a qualquer tentativa de desenvolvimento que ficasse fora dos interesses imediatos da burguesia financeira e industrial.

Qualquer espaço de dinamização da actividade económica sob o controle crescente dos trabalhadores, estará permanentemente ameaçado se os recursos financeiros que o apoiam não forem igualmente controlados por eles.

Sendo a banca uma actividade parasitária, onde não existe criação de riqueza mas apenas absorção de capital-dinheiro, o sem funcionamento só se justifica se for colocado ao serviço do povo português.

A banca privada é incapaz de apoiar qualquer projecto económico verdadeiramente democrático e a manter-se nas mãos da burguesia todo o esforço dos trabalhadores reverteria em última instância, em favor dessa burguesia, a qual continuaria a deter uma enorme capacidade de decisão.

É ilusória qualquer política anticapitalista se forem mantidas na esfera de decisão da burguesia os vastos recursos financeiros de que actualmente dispõe. Se tal política se limitar a transferir para o controle do Governo, os chamados sectores industriais chave, toda a tentativa para os desenvolver, sem que sejam criadas as correspondentes condições de financiamento, resultará no endividamento público perante a burguesia financeira.

O crédito a conceder às unidades produtivas a manter, a desenvolver e a criar, onde por sua vez se irá fortalecer o controle e a iniciativa dos trabalhadores, deverá ser concedido por empresas públicas que não se norteiam por critérios de lucro mas de apoio às decisões de desenvolvimento tomadas com a participação democrática de cada vez mais vastas massas populares.

Quando o País procura, através de empréstimos conseguidos no exterior os recursos de que tem necessidade para abrir novos postos de trabalho e aumentar o nível de vida das classes trabalhadoras, impõe-se que tais recursos sejam orientados e geridos por instituições controladas pelos próprios trabalhadores. Se assim não for a burguesia financeira continuará a deter e a manejar a seu bel-prazer a capacidade de negociação com o capitalismo internacional.

No entanto, não bastará nacionalizar a banca para conseguir alcançar estes objectivos. Será necessário precisar a sua total reestruturação, com uma clara distinção entre operações de apoio ao consumo e as operações de apoio a actividade produtiva.

A nacionalização da banca deverá assim, ser acompanhada pelo desmantelamento do actual sistema bancário, que, como vimos, é necessariamente especulativo, e a sua substituição por um menor e bem dimensionado número de instituições de crédito e investimento, capazes de apoiar o esforço que está a ser pedido às classes trabalhadoras.

Em síntese são duas as principais funções da banca numa economia capitalista: absorver as chamadas «poupanças» das classes com capacidade para o fazer e canalizar essas «poupanças» para os circuitos onde elas são necessárias, como dinamizadoras da actividade produtiva e consumidora.

A banca ao actuar deste modo funciona como um verdadeiro pulmão!

..É preciso que tal pulmão seja colocado ao serviço do Povo português e não continuar a insuflar com mais-valia gerados nas actividades produtivas ou futuras dos burgueses.

As novas instituições a criar deverão especializar-se por modalidades de crédito a conceder segundo os objectivos que vierem a ser definidos.

A par de instituições especializadas no crédito a conceder a projectos de desenvolvimento que requeiram financiamentos a médio e longo prazos, deverão ser criadas instituições que se dediquem ao crédito a curto prazo. Deverão igualmente ser constituídas instituições que concedam crédito de apoio à exportação de modo que venham a ser criadas condições competitivas aos produtos a exportar.

O correcto dimensionamento das unidades bancárias a criar que poderá conseguir-se, numa primeira fase, através de fusões entre os actuais bancos, permitirá uma melhor remuneração dos depósitos, o que de certo incentivará a colocação de capital-dinheiro no sistema bancário.

O Banco de Portugal deverá criar condições que lhe permitam exercer uma efectiva gestão da massa monetária, o que só será conseguido através de um permanente controlo dos meios de pagamento que o sistema bancário vier a criar.

Só assim se conseguirá a correcta articulação entre as necessidades do aparelho produtivo, onde a riqueza é criada, e a capacidade de resposta dos mecanismos de financiamento.

Desta forma, impõe-se portanto, a nacionalização da Banca privada para o que devem ser tomadas as seguintes medidas:

- nacionalização dos bancos comerciais com sede e actividade em Portugal;
- nacionalização dos estabelecimentos especiais de crédito excepto as caixas económicas e as cooperativas de crédito.

O sistema bancário e de crédito assentarão nos seguintes estabelecimentos bancários - tipo:

- Banco Central
- Banco da Habitação
- Banco de Investimento (crédito a médio e longo prazo para os sectores não agrícolas)
- Banco de Crédito (crédito a curto prazo)
- Banco da Agricultura
- Banco do Comércio Externo.

..As empresas seguradoras desempenharam · no desenvolvimento do capitalismo em Portugal um papel de natureza muito semelhante ao da banca comercial não obstante os meios mais limitados de que dispuseram, pelo que a nálise anteriormente feita para a banca se pode aqui utilizar com algumas alterações.

Vários factores explicam a instrumentalização das companhias seguradoras pelo processo de acumulação do capital-financeiro:

a) a estrutura monopolista do sector e a perfeita integração entre a burguesia financeiro-industrial e o controlo (no capital e na gestão) das principais empresas seguradoras. Assim, num total de 77 companhias que constituíam o sector segurador em 1973, apenas 3 delas beneficiaram de 34.5 por cento do total das receitas directas (seguros e resseguros). Por outro lado as empresas nacionais directamente ligadas ao capital bancário captaram, no mesmo ano, 70 por cento do total das receitas directas do conjunto das companhias de seguros nacionais.

b) a possibilidade de captação de poupanças junto dos particulares e de empresas que só em 1973 ascendem a mais de 8,5 milhões de contos e que garantiu ao grande capital um reforço muito importante na sua capacidade de financiamento e de aplicação de capitais quer no controlo de outras empresas quer em actividades especulativas. Assim, no activo das companhias de seguros nacionais os valores do emprego das reservas atingiam, em 1973, 4 milhões de contos em títulos e 4,5 em imóveis.

c) o exercício da actividade seguradora, protegida por um enquadramento legal que o controlo do aparelho do Estado pelo capital financeiro proporcionava, garantia às empresas do ramo uma elevada rentabilidade associada ao menor risco dos capitais envolvidos. Para além da sua capacidade de autofinanciamento que proporcionava ainda aplicações especulativas e rentosas o controlo do ramo permitiu a obtenção de importantes mais-valias que foram transferidas para os sectores ou empresas em que a burguesia financeira queria consolidar ou alargar a sua influência. Os lucros líquidos declarados pelos empresas, não fiscalizados e portanto muito inferiores aos valores reais, somavam mesmo assim meio milhão de contos em 1973.

d) o sector segurador proporcionou também óptimas relações com o capital internacional através das numerosas seguradoras estrangeiras que actuavam no nosso país, do exercício da actividade de resseguros e do controlo, por empresas nacionais, de associadas no estrangeiro; não só era uma das formas de veícular o domínio do capital internacional sobre a burguesia nacional como pode ser utilizado como um eficiente instrumento de sabotagem da economia portuguesa, nomeadamente transferindo capitais para o exterior.

Considerando portanto a contribuição das companhias de seguros para o fortalecimento do poder económico da burguesia e, a da sua íntima ligação ao capital bancário qualquer processo de intervenção que atinja o cerne do processo de acumulação capitalista, que possibilite um efectivo controlo do poder económico e que impeça que a burguesia utilize a crise económica contra os interesses dos trabalhadores exige que a nacionalização do sector bancário seja acompanhado pelo nacionalização do sector segurador.

Assim impõe-se como medida imediata a nacionalização de todas as companhias de seguros e resseguros com sede e actividade en Portugal.

O sistema segurador basear-se-á num sistema de empresa especializada por cada um dos seguintes ramos:

- seguros pessoais
- seguros de empresas
- seguros de relações económicas, internacionais
- seguros agrícolas
- resseguros.

A tentativa contra-revolucionária de 11 de Março, mais do que um aviso para as forças verdadeiramente democráticas e progressistas, terá de ser, finalmente, o ponto de partida para o desenvolvimento de um conjunto de medidas que retire à burguesia as possibilidades de manobra contra-revolucionária que o 25 de Abril não lhe retirou.

Não há democracia política sem democracia económica. Portanto, quando a burguesia mantem em seu redor os aparelhos de controlo da actividade económica está, ainda, em posição privilegiada para neutralizar a acção dum poder político onde a sua influência possa ter estado temporariamente comprometida. E diz-se temporariamente porque, a manter-se a situação actual, ela acabará por alterar profundamente os dados da situação chamando de novo a si — e na melhor das hipóteses de forma gradual — o aparelho político do Estado.

Compete, portanto, às forças progressistas, com o apoio do M.F.A., levar a cabo as medidas capazes de impedir que tal aconteça.

Nesse sentido, impõe-se de imediato a nacionalização, sob controlo dos trabalhadores, de todos os sectores chaves, como são, nomeadamente, a banca e os seguros, os sectores básicos da indústria, o comércio externo e o comércio interno dos produtos inerentes à satisfação das necessidades elementares dos trabalhadores.

Tais nacionalizações, por conseguinte, terão de ser acompanhadas de outras **medidas que garantam aos trabalhadores um papel relevante na gestão colectiva das empresas dos respectivos sectores, de forma a permitir a efectiva socialização dos meios de produção. De outra forma, teremos uma estrutura que, pelo menos a nível da gestão, não diferirá significativamente da anterior. Ao capitalismo privado substituir-se-á o capitalismo de estado, no qual a capacidade de intervenção dos trabalhadores é também nula.**

Os trabalhadores não podem permitir que sejam criadas condições para que isto aconteça. Cumpre-lhes combater, por todos os meios, a tentativa de instrumentalização das nacionalizações, por parte deste ou daquele partido em seu exclusivo proveito.

Neste sentido, terão que denunciar e combater firmemente toda e qualquer iniciativa das direcções sindicais, quando as mesmas tentem substituir-se aos trabalhadores na designação de membros, pretensamente representativos daqueles, para comissões de gestão das empresas que se querem ao serviço do povo. Tais nomeações só podem ser entendidas como de meros delegados do Governo nessas comissões.

Num processo que se pretende democrático, **compete aos trabalhadores eleger os seus próprios representantes nas comissões de gestão, da mesma forma que elegem direcções e delegados sindicais.**

Acompanhar e interferir directamente na gestão e controlo das empresas através de representantes eleitos, decidindo com eles em cada momento as posições a assumir, são, pois, algumas das questões fundamentais que os trabalhadores deverão saber concretizar.

O planeamento da economia numa sociedade socialista exige esta participação e este controlo, sob pena de a sociedade a construir estar sujeita aos mais perigosos desvios e à burocratização.

A consciência política e a consequente intervenção da classe trabalhadora são determinantes na construção dum verdadeiro poder popular.

Nacionalização sob Controlo dos Trabalhadores
Socialização dos Meios [illegible]rodução
Lutar, Cria[illegible] Popular

13 de Ma[illegible] de 1975
Núcleo dos [illegible]rios do
Movimento de Esquer[illegible]sta

PARA ATACAR O CAPITAL

MOVIMENTO COMUNISTA

O MES, por norma, evita o recurso a constantes autodefinições ou repetidas afirmações de princípio.

É pela oportunidade do momento, clareza e objectividade da exposição, que entendemos, neste número, incluir a intervenção feita por Ribeiro Mendes, da Co-

missão Política Nacional, no último comício do Movimento em Lisboa e subordinada à afirmação de que o Movimento de Esquerda Socialista **é uma organização comunista.**

Consciente das implicações e responsabilidade de tal afirmação disse o nosso camarada:

Camaradas:

É este o momento em que a burguesia e os seus lacaios, esfregam as mãos de contentamento, perante a aproximação das eleições burguesas.

Nelas, os burgueses lançam mão a todos os recursos que os frutos da exploração capitalista lhes permita ter ao seu dispor. Vem aí a avalanche de «slogans», promessas e sorrisos, reproduzidos em milhares de metros quadrados de papel, na rádio e nos comícios, para anestesiar e confundir as massas trabalhadoras.

Mas para nós, este momento, mais do que nenhum outro, é aquele em que se exige a maior coerência aos verdadeiros revolucionários; é neste momento sobretudo, que o Movimento de Esquerda Socialista tem o dever de afirmar, sem peias, a sua condição de Movimento Comunista. E as massas trabalhadoras têm o direito de saber, nas palavras como nos actos, porquê e que espécie de comunistas somos nós.

não há socialistas não comunistas!

Companheiros, somos comunistas, em primeiro lugar, porque lutamos pela Revolução Socialista em Portugal, e não vemos que se possa ser verdadeiramente socialista se não se for ao mesmo tempo comunista.

O Socialismo, camaradas, não é mais do que uma etapa no caminho do Comunismo. **Falsos socialistas são pois aqueles que: repudiando a Revolução Socialista, inventam pomposamente a via sacrosanta do socialismo em liberdade, isto é, a liberdade para a burguesia melhor explorar os trabalhadores.**

Como comunistas, sabemos muito bem como historicamente a burguesia chegou ao poder pela via insurrecional e não somos ingénuos, ao ponto de supor que de lá sairão de outro modo que não seja igualmente pela violência revolucionária. Compreendemos então muito bem, as manobras do capital ao pregar a via pacífica. No fundo, camaradas, eles fazem bem o jogo da classe a que pertencem. Tentam defender com todas as forças a situação de exploração que se lhes aproveita.

Mas como comunistas, conhecemos a natureza antagónica dos interesses entre exploradores e explorados, entre a burguesia capitalista e a classe trabalhadora, e não nos consta que a caridade em liberdade, ou sem ela, algum dia tenha resolvido o que quer que seja.

a burguesia é cliente dos falsos profetas

Não, camaradas, a crise do capitalismo e imperialismo mundiais por um lado, e o avanço das lutas autónomas dos trabalhadores por outro, colocam a burguesia portuguesa em pânico perante a ameaça da vitória do socialismo e da construção do poder popular. Em maus lençóis, derrotada sucessivamente a cada envestida da classe trabalhadora, a burguesia vai encomendando falsos profetas, que sempre tomam o cuidado de renovar. E é vê-los a lançar a boia de salvação. **São então centristas democráticos e sociais, socialistas democratas e até socialistas em liberdade;** e é ver como todos eles afirmam pelo coro anticomunista com medo da ditadura, dizem! O que querem eles verdadeiramente? Liberdade? **Sim, liberdade para a burguesia continuar a explorar as massas trabalhadoras.** Medo da ditadura? **Sim, camaradas da ditadura dos explorados sobre os exploradores.** Medo de que os capitalistas deixem de sugar o sangue e o suor do povo, é o que estes falsos socialistas, lacaios da burguesia, hipocritamente vêm prometer ao povo trabalhador.

Nós comunistas, do Movimento de Esquerda Socialista somos pois, pela ditadura do proletariado em perfeita coerência com toda a tradição teórica e de luta do movimento comunista internacional.

quem tem medo da ditadura do proletariado?

Ditadura do Proletariado que não tem semelhança alguma, ao contrário do que todos os oportunistas proclamam, com a ditadura da burguesia. A **ditadura do proletariado** é o exercício democrático do poder pelos trabalhadores, pela classe operária e os seus aliados sobre os exploradores de todas as matizes e de todas as cores, único modo, de destruir o sistema capitalista e de acabar, de uma vez para sempre na nossa terra, com a exploração do homem pelo homem.

Estabelecendo as condições de uma verdadeira igualidade com a construção de uma sociedade sem classes, com o poder económico e político nas mãos dos trabalhadores. **Facilmente se revela o carácter verdadeiramente democrático da ditadura do proletariado em contraposição ao carácter verdadeiramente totalitário da democracia burguesa, da sociedade de classes.**

Nesta tarefa histórica de construção do Socialismo através do exercício da ditadura dos que vivem do trabalho sobre os que vivem à conta dos rendimentos do capital, a classe operária conta com os conhecidos aliados históricos objectivamente interessados na liquidação do sistema capitalista e disponíveis portanto para a formação de um bloco de forças revolucionárias capaz de tomar, primeiro, e consolidar depois, o controlo popular do poder político.

Assim, o proletariado rural, o campesinato pobre, o pequeno proprietário rural (com relevo fundamental) no norte em luta contra os circuitos capitalistas de distribuição e comercialização dos produtos agrícolas, as camadas proletarizadas dos trabalhadores dos serviços, o semiproletariado urbano e rural, os intelectuais revolucionários, os estudantes, os soldados e marinheiros, os oficiais do Movimento das Forças Armadas que decididamente se coloquem ao serviço dos trabalhadores; constituem as forças que abrirão os caminhos para a emancipação total dos explorados e oprimidos neste País.

Companheiros, se há quem, dizendo-se comunista, repudia a construção do poder dos trabalhadores, esses mais não fazem do que revelar a falta de confiança na iniciativa histórica e vigilância popular das massas que é onde repousa a legitimidade de qualquer partido que se pretenda defensor das classes trabalhadoras.

Somos, assim, comunistas que concedem a ditadura do proletariado, não como a ditadura do partido sobre a classe operária, mas sim como a ditadura dos trabalhadores sobre os exploradores.

A ditadura do proletariado deve entender-se assim, como a **máxima democracia operária**, garantindo e incentivando a auto-organização da classe trabalhadora, por um lado, e por outro a total dominação sobre a burguesia, impedindo a sua reorganização e transformando deste modo progressivamente a sociedade de classes, numa sociedade sem classes. Ditadura que nós descrevemos, companheiros, quer por isso significar a criação progressiva e crescente do poder proletário na política, na economia, a todos os níveis da sociedade. A nossa palavra de ordem aqui, é **máxima democracia para os trabalhadores, máxima ditadura para os capitalistas exploradores.**

por uma organização política de classe

Camaradas:

O M.E.S. não é o partido da classe operária, mas sim uma organização de vanguarda que considera como objectivo contribuir com todas as suas forças para a formação de uma organização política autónoma da classe operária, forjada na luta de massas, nas experiências de poder, nas vitórias como nas derrotas do movimento operário. Nesta medida, entenderemos que as organizações políticas que se reclamam da classe operária não podem construir nos gabinetes e nos acordos de cúpula as soluções que depois vão propor às massas como um facto consumado. O papel dos comunistas e do partido do proletariado é outro. O partido dos trabalhadores, não tem que decidir por estes o que a estes convém ou deixa de convir, controlando burocraticamente a riqueza da movimentação e explosão sindicais, travando ou combatendo as lutas autónomas do proletariado ou caluniando até algumas das experiências de ponta de luta operária que se desenvolvem em Portugal.

Não, camaradas, o papel dos comunistas, dos verdadeiros comunistas é outro. O papel das organizações políticas operárias de vanguarda é assentar a sua linha nas experiências de luta dos trabalhadores, é conseguir a cada momento atingir a expressão política e o significado dessas lutas, propiciando e incentivando novos avanços na batalha anticapitalista e anti-imperialista. **O papel do partido operário é conseguir uma linha de massas que saia, não dos gabinetes burocratas, não de tentativas de conciliação de classes, nem dos interesses estratégicos das superpotências mas sim das próprias massas em movimento.**

a vontade popular única superpotência

Camaradas, nós os comunistas temos de ter a máxima confiança na capacidade das massas. Não foi só no Vietnam, mas em tantas partes do globo, que aí as massas populares demonstraram à sociedade que só há verdadeiramente uma superpotência, a vontade dos explorados e oprimidos, a vontade popular.

A elas, pois e só a elas devemos nós, os comunistas, submeter-nos. É pois neste quadro que o Movimento Esquerda Socialista luta pela construção do Socialismo em Portugal, isto é pela construção de uma sociedade onde os trabalhadores detendo o poder político e a posse dos meios de produção organizam a produção para a satisfação das necessidades e não para o lucro ponde assim fim à escravatura do trabalho assalariado e à divisão entre trabalho intelectual e manual, destruindo progressivamente o Estado e caminhando para a construção de uma sociedade sem classes, para a construção do Comunismo.

A nós compete pois a tarefa imediata da luta pela unificação do proletariado e do bloco histórico revolucionário, a unificação das forças de vanguarda capazes de fazer a coordenação das lutas parcelares e concretas e a sua síntese política concretizada no projecto socialista alternativo ao domínio da burguesia e às meias tintas do compromisso reformista.

Militantes do M.E.S., militantes da esquerda revolucionária, só assim seremos de facto comunistas, só assim camaradas marcharemos em frente pelo socialismo para construir o comunismo.

Viva a classe operária

Viva o Socialismo

Viva o Comunismo

Viva o Movimento de Esquerda Socialista

AÇORES:

o 11 de Março e a mobilização popular

Em Ponta Delgada, o núcleo do M.E.S. tomou parte activa no esclarecimento e mobilização populares contra as manobras reaccionárias. No dia 11 foi emitido um comunicado onde se analisava os recentes acontecimentos:

A tentativa de golpe militar levada a cabo na manhã de 11 de Março não é um acto isolado, obra de meia dúzia de oficiais fascistas encabeçados pelo general Spínola, mas sim o resultado de uma situação em que as forças representantes do capitalismo português e do imperialismo têm liberdade suficiente para se organizarem à sombra da chamada democracia pluralista.

Assim, enquanto a burguesia capitalista por um lado levava a cabo despedimentos em massa, fazia encerramentos de fábricas, desvio de fundos, impunha uma subida constante de preços, agravando deste modo as condições de vida das classes trabalhadoras, por outro lado organizava a sua força política em torno dos partidos seus representantes — Centro Democrático Social, Partido da Democracia Cristã e Partido Popular Democrático — os quais faziam, à sombra da legalidade democrática burguesa, a mais descarada campanha contra os movimentos das massas populares que lutam, contra o sistema de exploração capitalista.

A luta que se trava entre as classes trabalhadoras e a burguesia exploradora não é alheio o imperialismo internacional (sobretudo o americano) cioso como está em manter os privilégios que detem em Portugal, quer a nível de interesses económicos quer a nível de interesses militares (**base das Lages**, por exemplo). De facto, as manobras provocatórias da **NATO** no nosso país com o pretexto de exercícios militares, a colocação em Portugal como embaixador dos Estados Unidos da América o sr. Frank Carluci, conhecido como elemento afecto à **CIA**, as visitas e contactos que ultimamente se têm verificado no nosso arquipélago de inúmeros agentes do imperialismo americano (o último, sr. Herbert Okun que esteve cá no sábado) e a experiência de uma frota americana ao largo da costa portuguesa na manhã de 11 de Março, mostram claramente a intenção que têm os imperialistas de impedir o prosseguimento da libertação das classes exploradas neste país.

No dia 12, foi amplamente distribuido à população um comunicado em que se afirmava:

Trabalhador!

Ontem foste informado que os fascistas e os reaccionários tentaram fazer um golpe militar para restaurar a ditadura em Portugal.

Deves ter ficado confundido porque todos os Partidos existentes fizeram comunicados que foram lidos na rádio e distribuídos. Perguntarás: então quem são os reaccionários? Quais são os Partidos fascistas que apoiaram o golpe militar?

Para perceberes isto precisas saber que os **fascistas e os reaccionários são os capitalistas, os donos de fábricas, de terras e casas.** Estes também têm os seus Partidos. Os Partidos dos capitalistas também têm nomes democráticas e alguns até se chamam de cristãos.

Aqui na nossa terra já deves ter percebido que o **M.A.P.A. Partido do Centro Democrático Social o Partido da Democracia Cristã e o Partido Popular Democrático** são os partidos dos patrões, dos proprietários e dos senhores que ganham muito dinheiro explorando as classes trabalhadoras. Foram alguns destes senhores capitalistas que conjuntamente com alguns oficiais das Forças Armadas tentaram um golpe militar. **São também os capitalistas e os seus Partidos que estão muito interessados nas eleições e querem obrigar os trabalhadores a votar fazendo-os acreditar que votando resolverão os seus problemas.** Mas os problemas dos trabalhadores só podem ser resolvidos pelos próprios trabalhadores. Como?

Através da sua organização e da sua luta, dia a dia, nas fábricas e nos campos.

O que é preciso é que também aqui nos Açores os trabalhadores mostrem que são capazes de administrar as fábricas e os campos e as suas freguesias, e que não são precisos patrões para fazer isso. **É preciso que os trabalhadores criem o seu poder, o poder operário e popular para combater e destruir o poder da burguesia capitalista**

Rua com a funcionária pidesca!

Os trabalhadores da Somacal, fábrica de malhas caldense, há muito que sofrem a acção pidesca da encarregada, verdadeiro cão de guarda dos patrões, sempre pronta a repreender e a denunciar o mais pequeno descanso ou distração dos trabalhadores. Tão inadmissível comportamento faria com que os trabalhadores dificilmente suportassem a sua presença na fábrica.

Dia 14 surgiu a gota de água que fez transbordar o copo já cheio há muito: como em todas as fábricas de todo o País os trabalhadores dispuseram-se a interromper o trabalho durante cinco minutos, em homenagem ao solado do R.A.L. 1 morto belas balas assassinas dos golpistas reaccionários.

Pois a encarregada resolveu provocá-los (e justamente provoca-nos a nós todos) insurgindo-se contra aquela decisão afirmando que ia trabalhar a dobrar naqueles cinco minutos. **Os trabalhadores consideraram que já bastava!** Reuniram-se e votaram o seu saneamento. Caso os patrões insistam em manter ao serviço a «fiel lacaia» **os trabalhadores estão dispostos a criar piquetes que a impeçam de entrar, impondo na prática a sua decisão.**

O E.S. apoia esta firme determinação, certo de que é da vigilância e acção decidida de todos e de cada um, na fábrica, no bairro e no quartel, que depende o avanço do processo revolucionário no caminho do socialismo.

Operários em greve pelo cumprimento do contrato

Os trabalhadores da empresa de Mármores Campos Oliveira souberam, pela luta, pela unidade e pela auto-organização, fazer frente e derrotar manobras exploradoras do patronato. O M. E. S., na linha de apoio à luta dos trabalhadores contra o capitalismo, esteve com os trabalhadores da firma Campos Oliveira, colocando o nosso jornal à disposição dos trabalhadores para darem a conhecer a sua luta:

Passamos a transcrever a entrevista realizada com os operários:

— **Qual a razão da vossa luta?**

— Decidimos recorrer à greve com ocupação das instalações até que o patrão cumpra o contrato em vigor, colebrado até que o patrão cumpra o contrato em vigor, celebrado em 1 de Dezembro de 1974, onde se estabelecia que a entidade patronal teria que pagar 50 por cento do 13.º mês até ao dia 28 de Fevereiro de 1975.

— **E não o fez?**

— Não. No dia 28 de Fevereiro de 1975 a entidade patronal reuniu o pessoal e comunicou que não pagava o 13.º mês nem o salário de acordo com o contrato celebrado.

— **Que razões alegou o patrão?**

— Alegou que o contrato em vigor era falso, por não ter sido assinado pelo Grêmio, o que era completamente falso.

— **Que fizeram então vocês?**

— Dirigimo-nos ao sindicato, onde nos informaram que o contrato estava devidamente assinado por todas as entidades competentes. Telefonaram então ao patrão que prometeu pagar, tendo o sindicato aconselhado os trabalhadores a aguardarem um prazo de 8 dias, a que todos os trabalhadores acederam.

— **E ao fim desses 8 dias, o que sucedeu?**

— O patrão declarou que não pagava, alegando novamente que o contrato não estava em vigor.

— **Então vocês resolveram...**

— Reunimo-nos no dia 4, à hora do almoço e decidimos reunir de novo com a entidade patronal, intimidando-a decididamente a cumprir aquilo a que se obrigou. É que os trabalhadores precisam de comer...

— **E o patrão?**

— Respondeu que não só não pagava o 13.º mês como não pagava também os aumentos de salários estabelecidos nesse mesmo contrato. Disse-nos até que estava ligado com 51 empresas e que com elas havia feito um novo contrato que iria revogar aquele que tinha sido celebrado em 1 de Dezembro de 1974!!!

— **Então...**

— Decidimos entrar em greve com ocupação das instalações. Entretanto o patrão tem boicotado a aquisição de matérias primas para não dar trabalho aos operários. Todas as firmas do ramo dão grandes lucros que dão para comprar carros e camiões. Para a entidade patronal não há porblemas económicos, mas com a miséria dos trabalhadores não se importam...

— **Qual a posição do sindicato neste processo?**

— O Sindicato tem-nos apoiado, mas achamos que deviamos ser mais consultados para tudo o que se passa no Sindicato. O que nos vale é nós os trabalhadores estarmos unidos.

— **Porque dizes isso?**

— Porquê?! Porque o patrão nos quis dividir, dando dinheiro a alguns de nós, adiantamentos, para colocar os trabalhadores contra os outros e até lançou um boato de que um de nós o teria ameaçado de agressão com um pau, o que é falso.

— **O que conseguiram com a vossa greve?**

— Conseguimos que o patrão se visse obrigado a recuar, perante a decisão unida dos trabalhadores.

— **Em que consistiu esse recuo da entidade patronal?**

— O patrão acabou por pagar 1 000$00 a cada operário como adiantamento do 13.º mês, comprometendo-se por escrito a pagar os salários em dívida dentro de prazo de um mês, reconhecendo expressamente a vigência e os termos do contrato celebrado em 1 de Dezembro de 1974.

Os trabalhadores unidos, conseguiram obrigar o patronato a recuar. Saíram da greve mais confiantes na sua capacidade de luta. A classe operária avança e cada vitória concreta no terreno da luta apressa decididamente a queda do sistema capitalista e a instauração da sociedade socialista.

Viva a Classe Operária!
Viva o Socialismo!

trabalhadores-estudantes

A existência de uma grande percentagem de trabalhadores-estudantes, no conjunto dos estudantes que frequentam o ensino superior, exige da parte de quem queira intervir de uma forma progressista no Movimento Estudantil, a tarefa de construir (na teoria e na prática) um projecto político que os consiga fazer alinhar de uma forma revolucionária pela emancipação de todos os trabalhadores.

CARACTERIZAÇÃO DA SITUAÇÃO DO TRABALHADOR-ESTUDANTE

A lógica do desenvolvimento da base económica da sociedade capitalista e as necessidades suscitadas por alterações nas condições concretas em que decorre o processo de acumulação de capital, articula-se com necessidade de reorganização dos sistemas escolares de modo a poderem responder à crescente necessidade de força de trabalho qualificada e de quadros técnicos que enquadrem a extracção e a realização da mais valia.

A resposta para esta necessidade de readaptação permanente da escola à base económica resulta, entre outros aspectos, no alargamento da base de recrutamento dos aparelhos escolares, o que se manifesta quer na abertura das escolas a um maior número de estudantes oriundos da pequena burguesia e mesmo das classes trabalhadoras (**mais** agentes de produção), quer através da diversificação dos aparelhos escolares com vista à difusão de todo um conjunto de técnicos, de «know-how» (**melhores** agentes de produção).

Mas para que o binómio: desenvolvimento do modo de produção capitalista/alargamento das escolas possa resultar é preciso que estas, para além de ministrarem a «cultura» e o «saber», consigam objectivar a sua principal razão de ser, isto é, enquadrarem ideologicamente os seus agentes, vinculando-os às concepções burguesas do mundo, de molde a manter-se a reprodução das hierarquias sociais capitalistas. Se todo este processo se reflecte a todos os níveis de ensino, ele assume nos cursos superiores um carácter específico, na medida em que reproduz os quadros de direcçao do sistema capitalista.

Em Portugal, o processo de articulação do ensino superior às necessidades do sistema económico é facilmente perceptível. É assim que da expansão do capitalismo financeiro nos últimos anos resultou a exigência de uma reorganização do ensino superior técnico que procurasse encontrar uma fórmula capaz de aumentar a base de recrutamento de oficias milicianos e ao mesmo tempo garantir a rentabilização do próprio investimento escolar (maior número de diplomados).

Esta garantia de rentabilização do investimento universitário passou quer pela «massificação do ensino», quer pela intensificação dos ritmos de trabalho, por forma a no menor tempo possível produzir agentes que tivessem memorizado o maior número de técnicas e sobretudo interiorizado um comportamento que os tornasse disponíveis para a sua aplicação futura, quer ainda, em casos concretos, pela introdução do ensino nocturno destinado fundamentalmente a trabalhadores dos serviços, funcionários públicos, bancários, etc., principalmente oriundos da pequena burguesia, fora da idade escolar normal, adultos sobretudo, que inseridos já no processo de produção eram, através da necessária reciclagem, um dos garantes mais seguros (pela sua posição na hierarquia social capitalista) do próprio processo de desenvolvimento (1).

Os trabalhadores-estudantes passam então a estar sujeitos a uma **dupla exploração e opressão**: por um lado, nos locais de trabalho, sujeitos aos mecanismos do sistema capitalista; por outro lado, quer exigindo-se deles uma série de esforços que se traduzem no aumento das horas de trabalho diários e consequente diminuição dos tempos livres, quer colocando-os em situação de não pôr em causa o ensino que lhes é ministrado, visto este lhes permitir conquistas, do ponto de vista individual, privilégios que não contribuem em nada para a sua verdadeira emancipação.

A MÍSTICA DO «CANUDO»

O principal factor motivador do acesso do trabalhador ao ensino e particularmente à Universidade é, sem dúvida, a promoção social que esta lhe proporcionará, reincerindo-o a um nível superior na hierarquia social (sub-chefe a chefe de secção, de chefe de secção a gerente, de gerente a director e, se calhar até poderá chegar a administrador...). Esta procura do «lugar-ao-sol» através da obtenção do «canudo» aparece aos olhos do trabalhador-estudante mascarada pelas facilidades da «cultura para todos», obrigando-o a sujeitar-se durante 5 anos à exigência que a si próprio impõe, pela mirífica recompensa do aumento de ordenado e subida na hierarquia da empresa.

Acontece que a «abertura» da escola a um maior número de indivíduos (alargando cada vez mais o extracto social da sua origem às classes trabalhadoras) para além de gerar a contradição entre a satisfação das necessidades inerentes ao desenvovilmento do capitalismo e a cada vez mais difícil manutenção da hegemonia ideológica e política da classe dominante, provoca igualmente a desvalorização do «canudo» enquanto mercadoria-valor de troca, a qual pondo em causa a divisão social e técnica do trabalho, igualmente reformula os critérios de promoção social. Esta deixaria de ser função da qualificação obtida mas sim da docilidade perante o sistema, da interiorização da sua própria lógica de reprodução. Por isso cada vez mais a «subida» do trabalhador-estudante nas hierarquias sociais capitalistas não ultrapassará determinado nível, pelo que não lhes permitindo o controlo do processo de produção, fará dele um agente da exploração do proletariado, não se tornando, como será lógico e necessário, seu aliado de classe na construção do bloco revolucionário, que caminhará para a emancipação de todos os trabalhadores.

POR UMA INTERVENÇÃO POLÍTICA DOS TRABALHADORES-ESTUDANTES NA UNIVERSIDADE E NOS LOCAIS DE TRABALHO

Em face da análise efectuada é visível o falso carácter humanitário-progressista que representa o facilitar do acesso das classes trabalhadoras a uma escola em sistema capitalista (o que ao fim e ao cabo é o objectivo tanto das correntes reformistas que preconizam algo como a «reforma Geral e Democrática», como das correntes tipo da «Escola Democrática e Popular»).

Só pelo aproveitamento do «vazio» institucional nos aparelhos escolares criado pela crise de dominação burguesa.

Só pela articulação desse aproveitamento com o evoluir da dinâmica da luta de classes em Portugal.

Só pela adopção de uma prática anticapitalista que simultaneamente consolide e aprofunde, na escola, os avanços das forças populares, os estudantes poderão alinhar objectivamente na luta pela emancipação das classes trabalhadoras e oprimidas.

Naturalmente que ao se perspectivarem formas de intervenção dos trabalhadores-estudantes no processo socio-político se terá de ter em conta a especificidade da sua situação. Nesse sentido, e sem um carácter exausti[illegible] propõe-se:

— Intervenção em campos directamente ligados ao respectivo quotidiano (por exemplo: locais de trabalho, sindicatos, organizações populares, etc) contribuindo com as suas aptidões especificas, que torne mais consequente a ligação da Escola à intervenção política nos locais de trabalho.

— ultrapassando simultaneamente as formas mais recuadas (distribuição de comunicados estudantis no emprego, como antes do 25 de Abril ou simples veiculação da informação).

— intervenção nos sectores profissionais respectivos, com base na formação de **grupos de trabalho socio-profissionais** os quais agrupando trabalhadores estudantes do mesmo ramo profissional promovam a discussão das problemáticas dos respectivos sectores, com vista a uma intervenção consciente nos ramos respectivos.

...TUDO ISTO PASSA POR:

— adopção de um plano de estudos que tenha em conta a situação do trabalhador-estudante (tempo de aulas, idade, situação no emprego etc...)

— por uma intervenção dos trabalhadores-estudantes no seus locais de trabalho, em que saibam compreender que tipo de previlégios a burguesia lhes «concede» (que é o de em troco do seu próprio sacrifício individual o de o submeter à lógica da hierarquia das relações sociais capitalistas e o utilizar, assim, como um factor de divisão da classe trabalhadora).

— por uma prática permanente que coloque todas as suas potencialidades que a situação de estudante lhe confere para contribuir para a emancipação dos trabalhadores que é também a sua própria emancipação.

(1) Não foi por acaso que os primeiros cursos nocturnos universitários abriram em Económicas e no Técnico.

por uma economia ao serviço dos trabalhadores !

moção aprovada no Sindicato dos Texteis

Considerando que o sector têxtil lanifícios e vestuário, é um sector fundamental da economia nacional, ocupando mais de 280000 trabalhadores em todo o País.

Considerando que é um dos sectores onde mais se tem feito sentir os despedimentos que têm lançado milhares de trabalhadores na miséria.

Considerando que é um dos sectores onde mais se faz sentir a exploração capitalista, submetendo os trabalhadores a duras condições de trabalho, a baixíssimos salários e a ritmos e cargas de trabalho intensíssimos.

Considerando que o projecto-lei do horário nacional de trabalho não corresponde aos interesses dos trabalhadores, na medida que em sociedade capitalista só o patronato explorador aproveita o maior número de horas de trabalho.

Considerando que a crise capitalista em curso é da exclusiva responsabilidade do patronato e que ela tem que ser resolvida à custa do capital e não dos trabalhadores.

Os trabalhadores dos lanifícios, têxteis e vestuário entendem que a resolução dos seus problemas mais imediatos e a necessidade de lutarem por uma sociedade sem classes impõe que só seja concedido crédito:

1) As empresas nacionalizadas sob controlo dos trabalhadores

2) Às cooperativas de trabalhadores nomeadamente a agrícola

3) Aos sectores da economia voltados para a satisfação das necessidades fundamentais dos trabalhadores:

alimentação, vestuário e calçado, habitações em condições para o povo trabalhador, hospitais populares obras públicas como esgotos, electrificação e arruamentos.

Exigem por outro lado:

— A revogação de todas as leis antioperárias, como a lei da greve.

— A proibição dos despedimentos sem justa causa

— Um horário máximo de 40 horas semanais

E afirmam que as medidas que o Conselho de Revolução tomou e parece vir a tomar só servirão para resolver os nossos problemas de trabalhadores e contribuir para a caminhada para o socialismo se forem levadas à prática sobre o controlo dos trabalhadores e suas organizações e numa perspectiva de construção da sociedade sem exploradores nem explorados.

BANCOS-SEGUROS
nacionalizados! nossos?

A nacionalização da banca privada — medida de emergência já de há muito preconizada pelo M.E.S. — pode vir a constituir um factor que contribua para o irreversível avanço no sentido do Socialismo, se a vigilância e o controlo dos trabalhadores impedir a sua recuperação no sentido capitalista.

Assim, o controlo que os trabalhadores têm de efectuar sobre a banca agora nacionalizada, deve ser perspectivado com o fim de evitar a sua gestão por uma burocracia de Estado, que forçosamente, não ultrapassará o objectivo da criação de um instrumento melhorado de manutenção da exploração capitalista.

De qualquer modo, e ao nível das instâncias da decisão política e económica do Estado, a nacionalização da banca comercial não pode ficar desacompanhada de outras medidas imediatas que conduzam ao cerceamento do poder do capital.

Nesse sentido, numa entrevista concedida ao jornal «O Século», o camarada Ferro Rodrigues, da Comissão Política Nacional, desenvolve a posição do M.E.S. acerca desta questão.

De notar que, quando a entrevista foi concedida — publicada a 15 de Março — ainda não havia sido decretada a nacionalização das companhias de seguros. Mas nem por isso, a linha política desenvolvida nessa entrevista perdeu actualidade:

«P. — A medida tomada pelo Conselho Superior da Revolução da nacionalização da banca privada enquadra-se no Plano Económico e Social ou está em contradição com ele?

R. — O Programa de Política Económico-Social do defundo Governo Provisório, sob a capa de responder às principais questões económicas do País apenas propõe a criação de mais um grupo económico, o Estado.

Esse programa, para além de colocar as questões económicas e sociais fundamentais do nosso país sob uma perspectiva capitalista, é um projecto de modernização da gestão da burguesia e, como tal, não responde às necessidades dos trabalhadores portugueses e da sua luta.

Correspondia este programa e a sua aprovação a uma relação de forças ao nível político e militar que como se provou no 11 de Março, não se podia manter por muito tempo. Com efeito, a ambiguidade daquilo a que se chamava a via «socializante», caracterizava-se pela tentativa idealista de procurar convencer os trabalhadores de que a construção do socialismo já se iniciou, e, por outro lado, pôr a burguesia a colaborar ao nível económico num projecto em que não dominava politicamente. É, a propaganda da «reconstrução nacional», do «trabalho!» e do «investe!», é a tentativa de conciliar na base económica o inconciliável, à custa de um equilíbrio político e militar em desagregação — como se provou semanas depois.

Assim, a nacionalização da banca privada será uma medida francamente revolucionária se não for enquadrável na lógica do «Programa de Política Económico-Social», se for seguida imediatamente de outras medidas de ataque ao poder do capital, se todo este processo for controlado pelas massas trabalhadoras organizadas dentro e fora dos bancos em assembleias amplas, e se não se traduzir apenas na mudança dos gestores capitalistas por burocratas nomeados pelo Governo e desligados dos trabalhadores.

P. — A nacionalização da banca privada vai provocar a nacionalização de empresas a ela ligadas nos diversos sectores?

R. — Saber se a nacionalização da banca vai provocar também a nacionalização de empresas ligadas aos grupos económicos afectados, e outros sectores, não se resume a uma mera questão técnica. Se é um facto que ao nível técnico não é difícil provar a necessidade desse complemento, é no entanto evidente que se trata de uma questão política, e a esse nível terá de ser analisada. Compete aos trabalhadores, aos militares progressistas e às organizações políticas revolucionárias imporem a liquidação dos grupos económicos dominantes, através da urgente promulgação das seguintes medidas:

OUTRAS MEDIDAS IMEDIATAS

Nacionalização de todas as companhias de seguros e resseguros com sede e actividade em Portugal.

Expropriação das grandes explorações agrícolas e de todas aquelas que em cada zona os trabalhadores organizados decidirem; tais terras passariam para o Estado sendo a sua gestão entregue a cooperativas de trabalhadores rurais e camponeses pobres.

Nacionalização dos sectores básicos da indústria; indústrias de interesse para a defesa nacional; indústrias extractivas; petroquímicas de primeira geração; refinação do petróleo; manufactura de tabaco; fabricação de óleos, sabões, detergentes e lubrificantes; fabricação de gusa, aço, lingotes, biletes e folha-de-flandres; laminagem e estriagem de ferro e aço; fabricação de álcool industrial; construção naval; cimentos; adubos; cervejas; celulose e pasta de papel; laboratórios farmaceuticos nacionais; refinação de açúcar; moagem; vidro; empresas de construção civil que tenham tido em 1973 vendas superiores a cem mil contos; empresas nacionais e estrangeiras que efectuem despedimentos colectivos; empresas de pesca não artesanais.

Nacionalização do comércio interno grossista de produtos essenciais (bens de consumo das classes trabalhadoras e matérias-primas).

Nacionalização das grandes empresas de transporte.

Nacionalização do comércio externo.

Nacionalização das clínicas médicas privadas.

PRIMEIRA MACHADADA NO PODER DO CAPITAL

P. — Qual o significado político de uma medida deste tipo?

R. — É evidente que o significado político da medida já aplicada (nacionalização da banca) é de grande importância. É uma primeira machadada no poder do capital que, no entanto, só afectará esse poder decisivamente, se for acompanhada das outras medidas que o Movimento de Esquerda Socialista vem preconizando há meses, e que constam da resposta à questão anterior.

Por outro lado, é para nós cada vez mais claro, que só a criação de órgãos de poder popular, a todos os níveis, grantirá o avanço revolucionário em direcção ao socialismo.

A aliança Povo-M.F.A. tem sido sempre defendida pelo M.E.S. como aquela que estabelece entre as massas populares em luta e os militares progressistas ao seu serviço. **Neste momento político, os militares progressistas têm os seus órgãos de poder que terão de ser abertos a doldados, marinheiros e milicianos, para que permanentemente se garanta que servirão o avanço do processo revolucionário; as massas populares necessitam de construir os seus órgãos de poder para que o processo revolucionário seja irreversível, no sentido do socialismo.**

Há que continuar a lutar contra a constituinte burguesa, pela construção da Assembleia Popular, como o M.E.S. tem vindo a apontar.

NACIONALIZAR PARA SERVIR O POVO TRABALHADOR

P. — Para que formas de produção e sectores de actividade deverão ser canalizados os capitais, também fruto de poupanças?

R. — As poupanças que a banca nacionalizada agora controlará deverão ser canalizadas, não numa perspectiva de Reconstrução Nacional Capitalista, mas sim no apoio aos outros sectores a nacionalizar, no financiamento dos sectores da Economia que os trabalhadores em luta passarem a controlar e a gerir, no apoio às cooperativas agrícolas a incentivar no decorrer da Reforma Agrária, e a outras cooperativas a desenvolver.

Assim em linhas gerais, tais poupanças deverão servir a satisfação das necessidades do povo trabalhador, encaminhando-se fundamentalmente para os sectores que a tal mais directamente estejam ligados. Deste modo, deverão dirigir-se principalmente para os sectores que produzem para o mercado interno, e não para a exportação; para a produção de bens e alimentação, vestuário e calçado, e não para produção de bens de luxo; para o apoio à construção de habitações dignas para os trabalhadores, e não para vivendas ou bairros «finos», para o apoio à criação de hospitais e de clínicas populares e não para subsídios a clínicas de luxo; para subsidiar centros populares de instrução e não colégios particulares.

PROCURA-SE
SANCHES OSÓRIO
Mais conhecido por "O Cristão"

nem é democracia nem é cristã!

Os acontecimentos de 11 de Março vieram confirmar, para quem ainda tinha dúvidas, que a origem da violência está sempre na classe dominante, que não olha a meios para esmagar o povo. E vieram igualmente confirmar que o povo, quando precisa recorrer a meios violentos, o faz para se libertar da violência a que está submetido.

Os factos vieram ainda demonstrar que os sectores mais reaccionários da Igreja católica estão de mãos dadas com a classe opressora. **Como se explica que os bispos e os partidos que se dizem «cristãos», tão prontos em condenar a contra-violência dos oprimidos, se tenham agora calado num silêncio cheio de cumplicidade?** E o que é mais grave, altas personalidades desses sectores parecem directamente implicados na tentativa de golpe contra-revolucionário (por ex.:o senhor secretário-geral do Partido da Democracia Cristã é procurado pelas forças militares) ao ponto de se admitir oficialmente a hipótese de não mais se reconhecer a legalidade desses mesmos partidos que se dizem cristãos.

Não serve de desculpa para o silêncio da hierarquia o pretexto de não querer fazer política, porque **os factos mostram que a fazem — fazem a política das direitas.** São mesmo conhecidos alguns exemplos de apoios partidários:

. O arcebispo de Braga tem mandado todas as semanas uma homilia aos padres da diocese, juntando-lhe, várias vezes, propaganda do C. D. S.

Há padres que percorrem sistematicamente os conventos para recolher assinaturas a favor do P. D. C. e há superiores que pressionam os religiosos para o assinarem.

O Movimento «Cristãos Pelo Socialismo» sempre condenou a existência de partidos que se encobrem com o nome de cristãos para assim tentarem iludir as massas, submetendo-as à dominação dos exploradores e privilegiados. **A «democracia cristã» não é democracia nem é cristã.** Falam do «amor» e da «colaboração» entre as classes, mas na condição que uma classe se mantenha dominante e outra permaneça dominada. **As democracias cristãs sempre foram partidos burgueses e conservadores ao serviço do sistema capitalista.** Ora nós, cristãos, não podemos consentir que os valores em que acreditamos sejam utilizados na defesa do capitalismo.

Em Portugal, os partidos que se dizem democratas-cristãos (P. D. C. e C. D. S.) não são apenas burgueses mas ainda fascistas mal disfarçados. Dizem eles que uma grande parte do eleitorado europeu vota em partidos similares nos outros países. Mas, ao menos, nesses países como a Itália e a França e mesmo na Espanha actual as «democracias cristãs» participaram na resistência antifascista. Em Portugal, não! **São burgueses conservadores e autoritários que sempre serviram a ditadura e agora vêm mascarar-se de democratas.**

Pelo facto de terem sido atacadas pelo povo as sedes desses partidos ou se eles agora vierem a ser ilegalizados como se torna imperioso, não nos venham falar de perseguição à Igreja. **Sejamos claros: não é a Igreja que é perseguida, é a burguesia que perde os seus privilégios perante o avanço das lutas populares na construção do socialismo.**

O Secretariado Regional de Lisboa do Movimento «Cristãos Pelo Socialismo»

Reforcemos a organização popular!

O movimento popular de massas em aliança com o sector progressista do M.F.A. assestou um pesado golpe na reacção capitalista, nos seus previlégios e no seu poder.

Os trabalhadores virados de vez para a acção não podem deixar em mãos alheias o que só a eles compete. O 11 de Março só será convertido numa grande vitória para a classe trabalhadora se esta tomar decididamente a iniciativa.

O Movimento de Esquerda Socialista, primeiro partido a manifestar-se claramente pela **Nacionalização da Banca** como medida essencial de ataque ao poder económico da burguesia, apela ao prosseguimento da luta. Agora que aquela medida foi aprovada é preciso que os próprios trabalhadores a concretizem. **Camaradas trabalhadores bancários: é preciso exercer um apertado controle, realizar assembleias e decidir esse controle!**

. Todos os fascistas, capitalistas e parasitas deste país, que viveram longos anos à custa da exploração desenfreada dos trabalhadores, devem ser submetidos a uma apertada vigilância; mais do que isso, devem realizar-se assembleias de trabalhadores e decidir quem deve permanecer e quem deve ser expulso. **Empresa a Empresa, Fábrica a Fábrica, Oficina a Oficina, Repartição em Repartição, avante por um saneamento completo e radical!**

Todos os implicados na conspiração militar, nos golpes que pretendem fazer recuar as conquistas populares, devem ser afastados, saneados, expulsos, sem quaisquer vacilações. Para aqueles que não hesitam a lançar a morte entre os soldados, a lançar o boato entre o povo e os trabalhadores, em criar as condições para os seus desígnios reaccionários, devem ser julgados e condenados.

Camaradas militares, soldados, marinheiros, milicianos, é preciso realizar assembleias de unidade e decidir quem tem a confiança dos soldados e milicianos e quem não tem essa confiança, quem deve ficar e quem deve ser saneado, quem deve sobreviver e quem deve ser executado.

É preciso afastar o perigo imperialista do nosso país, reivindicar a saída da N.A.T.O. de Portugal e de Portugal da N.A.T.O.

A ligação evidende entre os partidos fascistas e capitalistas e o imperialismo norte-americano e europeu é evidente. A ilegalização do P.D.C. (Partido da Democracia Cristã) do C.D.S. (Centro Democrático Social) deve ser imediata, assim como deve ser investigado rigorosamente o comprometimento dos partidos burgueses com o golpe reaccionário de 11 de Março.

Operários, trabalhadores, soldados, marinheiros, milicianos, ergamo-nos como um só unidos com os oficiais progressistas do M.F.A.:

Foi nacionalisada a Banca! É fundamental nacionalizar o comércio Externo; e o Comércio interno de produtos de primeira necessidade!

Foram saneados alguns oficiais fascistas! É fundamental desmascarar os restantes!

Foram desmascarados partidos fascistas! É preciso ilegalizá-los e liquidá-los de vez.

Soldados, marinheiros e milicianos à Assembleia do M.F.A.!
Imperialistas fora de Portugal!
Independência Nacional!
Lutar, criar, poder popular!
Avante pelo socialismo para construir o comunismo!

CAMPANHA NACIONAL DE FUNDOS

Dias 31 de Março, 1 e 2 de Abril:

O Movimento de Esquerda Socialista é um Partido de vanguarda que luta com intransigência na defesa dos interesses das classes trabalhadoras. Formado ainda antes do 25 de Abril a partir de lutas importantes da classe operária e demais trabalhadores, dos cristãos revolucionários, de estudantes e intelectuais revolucionários, o M. E. S. não tem os apoios que outros partidos podem dispor.

O que ganhamos em independência política perdemos em meios para levar para a frente com toda a força as nossas tarefas. Sabemos até que ponto é importante garantir a todo o transe a nossa independência; é por isso que temos de recorrer aos fundos que recolhemos entre os militantes, aderentes e simpatizantes do nosso Movimento.

O nosso Movimento ao longo do processo revolucionário aberto no 25 de Abril contraiu pesadas responsabilidades na luta contra a exploração capitalista e pela libertação total dos explorados e oprimidos. Definindo as tarefas do actual momento no seu último Congresso o **Movimento de Esquerda Socialista vai para a campanha eleitoral firmemente determinado a denunciar todas as formas de exploração e opressão a que se encontra sujeita ainda a classe trabalhadora, assim como o comprometimento dos partidos capitalistas e burgueses com a reacção capitalista no processo revolucionário em curso.**

O nosso apoio não virá nunca, da social-democracia europeia ou dos regimes dos países pseudosocialistas, pois a nossa determinação de lutar ao lado do nosso Povo pelo Poder Popular e o Socialismo é indestrutível e irá até ao fim.

Assim, só a classe operária e os trabalhadores estão em condições de apoiar a nossa organização, para nos dotar dos meios necessários ao prosseguimento do combate pelo Socialismo, combate que não é um sonho ou uma utopia, mas tarefa dos dias que vivemos.

Mantém a atenção! DIAS 31 de Março, 1 e 2 de Abril Camaradas nossos da tua fábrica, da tua empresa, do teu escritório, do teu bairro, da tua terra, do teu quartel abordar-te-ão para esta colecta de fundos. Pouco ou muito não interessa. O pouco de cada um será o suficiente!

APOIA O MOVIMENTO DE ESQUERDA SOCIALISTA!
AVANTE PELO PODER OPERÁRIO E POPULAR!
AVANTE PELO SOCIALISMO!

Secretariado da Comissão Política Nacional do Movimento de Esquerda Socialista

ENCONTRO DE TRABALHADORES

Por iniciativa do Movimento de Esquerda Socialista, vai realizar-se no próximo dia 16 de Abril um encontro de trabalhadores da região de Lisboa, com o objectivo de fazer um amplo debate acerca dos problemas fundamentais com que se defrontam as massas trabalhadoras, bem como das formas de luta mais adequadas para lhes dar combate.

Ao promover este encontro o M.E.S. pretende que nele participem não só militantes ou simpatizantes do seu movimento, mas também todo um conjunto alargado de trabalhadores que se mostrem dispostos a não dar tréguas no combate à exploração capitalista e a contribuirem para forjar a unidade e teoria de que a classe operária necessita para a sua luta.

Com vista à preparação deste encontro, realizou-se no dia 8 de Março uma reunião em que estiveram presentes trabalhadores de algumas dezenas de empresas, abrangendo os principais ramos de produção.

Dessa reunião saíram um conjunto de conclusões (que em breve serão editadas) acerca dos temas que foram escolhidos para o encontro final e que são:

1.º A luta contra os despedimentos e o desemprego.

2.º A organização dos trabalhadores nos locais de trabalho (ex.: comissões de trabalhadores) e o seu papel (ex.: controlo operário, luta pelo saneamento etc.).

3.º A luta sindical, o seu limite e a sua importância.

4.º A crise económica e as propostas operárias — discussão por sectores de actividade, considerando os casos particulares das empresas e discussão sobre a economia portuguesa em geral.

Dessa reunião saiu igualmente uma comissão organizadora que ficou responsável por todos os aspectos da realização desse encontro.

A particip. ção no encontro será feita por meio de inscrições que serão levadas a cabo a partir de agora, dentro e fora dos locais de trabalho.

Para a mobilização deste encontro serão levadas para a frente um conjunto de iniciativas de modo a alargar a base da sua participação e a prepararem o encontro final.

Assim realizar-se-ão:

— sessões em fábricas, onde isso for possível;

— sessões em zonas com os trabalhadores que estejam inscritos nessa zona e outros que estejam interessadas.

Do encontro final a realizar no dia 6 de Abril sairão 3 tipos de conclusões:

a). Princípios orientadores da luta e das organizações dos trabalhadores;

b). Reivindicações sobre a crise:

— globais (ex.: nacionalizações sob o controlo dos trabalhadores);

— sectoriais (ex.: têxteis);

— empresas (ex.: Eurofil).

c). Formas de coordenação do trabalho futuro de forma a levar à prática as conclusões do encontro.

Ao levar para a frente este encontro o M.E.S. age de acordo com o seu programa e a sua prática, demonstrando a profunda confiança que tem na capacidade revolucionária da classe operária, única força social que poderá conduzir uma resposta revolucionária à actual crise capitalista.

O M.E.S. esforçar-se-á em todas as suas realizações para reforçar esta iniciativa e divulgar o seu objectivo.

O M.E.S. apela ainda a todos os trabalhadores que querem fazer avançar o processo revolucionário para que se integrem na preparação deste encontro e façam dele uma arma ao seu serviço.

— Avante por uma forte mobilização para o Encontro de Trabalhadores da Região de Lisboa

— Avante pelo poder operário e popular

Esquerda Socialista
11 DE MARÇO
DERROTADO O GOLPE REACCIONÁRIO
TRABALHADORES, SOLDADOS, OFICIAIS PROGRESSISTAS DO M.F.A.: EM FRENTE! SANEAMENTO! ATAQUE AO CAPITAL!

TRABALHADORES NA RUA RESPONDEM AO GOLPE